
DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO DISCENTE SURDO

CHALLENGES OF THE PEDAGOGICAL PRACTICE OF TEACHERS IN THE PROCESS OF TEACHING-LEARNING OF THE DEAFER

Jairo de Carvalho Guimarães

Minicurrículo

Doutor em Educação (UFRJ). Professor adjunto II do Curso de Administração do Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS). Coordenador do Curso de Administração do CAFS. Professor-formador do PARFOR desde 2012.

E-mail: jairoguimaraes@ufpi.edu.br

Luzânia da Silva Leite

Minicurrículo

Licenciada em Pedagogia, graduanda em Letras – LIBRAS, especialista em LIBRAS com docência no Ensino Superior.

E-mail: luzaniasilva@hotmail.com

RESUMO

Ao tratar da inclusão dos discentes surdos nas Escolas Técnicas Federais de Ensino, muito se fala sobre o acesso e permanência em escolas da rede regular de ensino. Nesta perspectiva, surge o seguinte problema: quais os desafios encontrados por docentes e intérprete no percurso formativo dos surdos nas Escolas Federais de Ensino Técnico de Floriano? O objetivo deste estudo é descrever os desafios encontrados por docentes nas práticas pedagógicas, buscando indicar quais os principais entraves para o desenvolvimento da prática docente enquanto profissional do campo. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza descritiva-exploratória e recorreu à entrevista semiestruturada para materialização dos dados. Constatou-se que é comum atribuir os problemas a terceiros (educando e intérprete), transferindo, assim, as responsabilidades cabíveis aos docentes. Neste cenário, os surdos deixam de desenvolver ativamente a plenitude do conhecimento.

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO DISCENTE SURDO

Palavras-chave: Inclusão. Discente Surdo. Intérprete. Desafios.

ABSTRACT

When discussing the inclusion of deaf students in the Federal Technical Schools of Education, much is said about the access and permanence in schools of the regular network of education. In this perspective, the following problem arises: what are the challenges encountered by teachers and interpreters in the formative course of the deaf in the Federal Schools of Technical Education in Floriano? The objective of this study is to describe the challenges faced by teachers in pedagogical practices, seeking to indicate the main obstacles to the development of teaching practice as a professional in the field. The research has a qualitative, descriptive-exploratory approach and resorted to the semi-structured interview to materialize the data. It was found that it is common to assign the problems to third parties (educator and interpreter), thus transferring the responsibilities to teachers. In this scenario, the deaf fail to actively develop the fullness of knowledge.

Keywords: Inclusion. Deaf student. Interpreter. Challenges.

INTRODUÇÃO

Ao tratar da inclusão dos discentes surdos nas Escolas Federais de ensino, observa-se que a partir da publicação do Decreto nº 5.626 de 2005, muito se fala sobre o acesso e permanência de discentes surdos em escolas da rede regular de ensino.

Sob este cenário, esta pesquisa intenciona revelar que entraves ocorrem na implementação do processo ensino-aprendizagem na sala de aula regular, com a presença de discentes surdos, a partir da perspectiva dos docentes, intérprete e discentes. Ao se vincularem ao sistema das escolas técnicas, tanto discentes surdos como professores e intérpretes sentem dificuldades, tendo em vista que as mudanças estão acontecendo e a LIBRAS ficando disseminada, as demandas societárias são mais latentes e o estudo da mesma se torna indispensável para a construção das relações sociais, comunicacionais, culturais e antropológicas dos indivíduos com este tipo de necessidade.

Um dos maiores desafios encontrados visando à implementação de um processo de ensino-aprendizagem de fato efetivo é o domínio da LIBRAS, visto que é algo necessário para que haja um bom desenvolvimento educacional e cognitivo dos educandos surdos.

A partir desta análise inicial, o estudo teve como objetivo descrever os desafios encontrados por docentes nas práticas pedagógicas nas Escolas Técnicas Federais de Floriano, identificando assim os fatores que cooperam na interação dos mesmos nas referidas escolas. Pretende-se, com isto: compreender os desafios para a formação acadêmica dos surdos; analisar os desafios que os intérpretes encontram para desenvolver sua relação com o docente e descobrir os desafios enfrentados pelos professores na formação acadêmica dos surdos.

A pesquisa se apoiou em estudiosos do campo, como Quadros (2003), Falcão (2010), Damázio (2007), entre outros. Caracteriza-se como um Estudo de Caso, que tem a pretensão de pormenorizar os desafios encontrados pelos docentes de discentes surdos no processo acadêmico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva-exploratória, cujos sujeitos serão 3 (três) discentes surdos, 03 (três) professores efetivos e 1 (um) intérprete de uma das Escolas Técnicas Federais do município de Floriano. Uma das unidades que serviram de *locus* do estudo não dispõe de intérprete, mesmo tendo discentes surdos.

Este estudo foi motivado pela observação dos autores em uma das Instituições, diante das dificuldades da relação ensino-aprendizagem entre professores, discentes surdos e intérprete, em cursos concomitantes das Escolas Técnicas, como também a identificação dos desafios reais e potenciais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas no tocante à comunicação bilíngue entre professor titular e discentes surdos.

RELAÇÃO DE O PROFESSOR TITULAR E O INTÉRPRETE DE LIBRAS

Apesar dos desafios e lutas, os discentes surdos atualmente estão conquistando alguns dos seus direitos que são fundamentais para obterem a garantia de igualdade, bem como o da comunicação. Uma dessas conquistas foi o reconhecimento da Língua de Sinais, ou seja, o reconhecimento da LIBRAS, com a sua legalização pela Lei nº 10.436 de 2002 (BRASIL, 2002).

De acordo com Damázio (2007, p. 20), reconhece-se que há uma escassez de profissionais com domínio em LIBRAS no campo da Educação, bem como a falta de professores bilíngues, assim muitos docentes ainda estão pouco preparados para ter a presença do intérprete na sala de aula, mesmo sendo, um profissional reconhecido pelo Decreto 5.626, “para mediar o acesso aos conhecimentos para discentes surdos, garantindo que o processo de aprendizagem seja feito em Língua de Sinais e de maneira efetiva” (LACERDA, 2010, p.137), tendo em vista que o foco é o incentivo ao conhecimento por parte do discente surdo.

O intérprete de LIBRAS, deve sempre ocupar um lugar no meio educacional onde existam discentes surdos, desenvolvendo sua função, assim, precisamos intensificar os estudos nesta área, pois é uma profissão que está sendo valorizada cada vez mais, mas há controversias contra isso, pois muitos pensam que somente a presença do intérprete faz com que o discente surdo esteja incluído, entretanto Lacerda (2010, p.145), nos remete que “[...] a presença do intérprete acaba por mascarar uma inclusão que exclui”.

Portanto, o discente que frequenta uma escola de ouvintes e é acompanhado por um Intérprete, sente-se motivado a adquirir o saber a partir da percepção de que está sendo tratado com respeito e dedicação. A ausência do intérprete, portanto, pode ser considerada um retrocesso na busca da real inclusão social do sujeito surdo, razão pela qual compreender as dificuldades tanto do professor quanto do discente se configura em fator fundamental para a construção de um novo paradigma no campo.

De acordo com Falcão (2010, p. 236), “[...] os intérpretes de LIBRAS fazem o mesmo papel dos professores, são mediadores, educadores bilíngues de uma sociedade inabilitada a falar, comunicar-se e ensinar tudo aos discentes em Língua de Sinais”. Assim, o intérprete participa das atividades diárias do mesmo em sala de aula, procurando dar acesso aos conhecimentos, que acontece por meio da tradução.

Contudo, observa-se que este profissional, é indispensável ao desenvolvimento dos surdos, além de contribuir para a inter-relação social com o professor, que constitui, tanto quanto o intérprete, em sujeito ativo da aprendizagem do discente, visto que o tratamento que é concedido ao aluno surdo faz toda diferença na sua formação acadêmica, social, política e cultural.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM DISCENTES SURDOS

Mesmo com a publicação do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), muitos professores ainda dizem não saber qual seria a melhor prática pedagógica para se obter com discentes surdos, tendo em vista que são muitos os desafios a serem superados. Alguns afirmam não saberem como planejar suas aulas, bem como qual seria a melhor estratégia de ensino para adotarem com o discente surdo. Entretanto, Lacerda (2010, p.141), explica que:

[...] professores resistentes à presença do TILS, preparando aulas considerando somente os alunos ouvintes; [...] observa-se, de forma geral, um despreparo de todos os atores para compartilharem esta cena. [...] conhecimento do professor sobre as necessidades e possibilidades dos estudantes surdos, para ações pedagógicas mais adequadas.

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO DISCENTE SURDO

Com base nisso e de acordo com Góes (2002, p. 48) ainda se vê a falta de compromisso do sistema educacional oficial para com discentes surdos, visto que os mesmos demandam um atendimento diferenciado e, por esse motivo, muitas vezes se nota o despreparo dos professores frente a esse tipo de deficiência, ou seja, a lacuna pode ser constatada entre o apoio institucional, a preparação dos docentes e a desmotivação dos discentes, produzindo um círculo vicioso que produz apenas perdas e distanciamentos, quando deveria promover aproximações e fortes elos, visando à formação do discente surdo, sob uma perspectiva inclusiva.

Portanto, para que haja uma melhor interação dos discentes surdos com a comunidade escolar, tanto pais quanto professores e comunidade em geral deveriam aprender a Língua de Sinais, para que pudesse haver uma comunicação entre ambos, e assim permitiriam vínculos num espaço afetivo entre todos os envolvidos.

Para grande parte dos surdos, a linguagem evolui através da língua de sinais, que amplia as possibilidades cognitivas e conceituais para nomear e categorizar a realidade ao seu redor, bem como perpassa os objetos de conhecimento com o qual se deparam (PEIXOTO, 2006, p. 208).

Para que haja uma prática pedagógica, onde haja metodologias e estratégias recomendáveis para promover de fato a inclusão social e educacional acessíveis ao discente surdo, é ideal que:

- a) O professor domine a LIBRAS, pois seria uma forma de observar se realmente o discente está compreendendo o conteúdo a ser ministrado;
- b) Houvesse a presença do intérprete – mas a simples presença não garante a transposição didática, visto que este profissional muitas vezes não tem um planejamento comum anterior com o docente da sala (LACERDA, 2010, p. 141);
- c) Aulas com slides, figuras, estratégias de ensino que fossem utilizadas ferramentas tecnológicas onde pudessem utilizar a criatividade e a imaginação, e
- d) Elaboração de recursos didáticos visando a estimular principalmente a percepção visual do discente surdo, já que a Língua do mesmo, tem uma modalidade gestual-visual, tendo assim uma maior compreensão do assunto estudado.

Adotar novas práticas educativas não é tarefa fácil, pois requer mudanças na atualização e desenvolvimento de novos conceitos, como também exige a redefinição e a ampliação de alternativas, além de ações pedagógicas educacionais tornando-as ajustadas para a inclusão.

PERCURSO METODOLÓGICO

A abordagem adotada neste estudo possui um caráter qualitativo, que de acordo com Prodanov (2013, p. 70), a “pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo”. A natureza da pesquisa é descritiva e exploratória, recorrendo à técnica de análise do Estudo de Caso, pois permite com que o pesquisador pesquise um determinado campo dentre as demais, aprofundando seu conhecimento sobre um determinado assunto.

Para a coleta de dados foram aplicados a técnica da observação, formulários com questionários semiestruturados composto por 05 questões abertas e entrevistas com os sujeitos participantes, seguindo um roteiro estruturado, com perguntas diferenciadas para os discentes e para os docentes/intérpretes.

Os sujeitos da pesquisa foram 03 (três) discentes surdos matriculados na rede, 03 (três) professores efetivos e 1 (um) intérprete de uma das Escolas Técnicas Federais do município de

Florianópolis. Vale a menção de que em uma das unidades investigadas não há o intérprete. Foram escolhidos somente 3 (três) professores por ser um quadro muito grande quando se refere ao Ensino Médio concomitante ao Técnico. O campo de estudo da pesquisa são duas Escolas Federais de formação Técnica, nas quais há a presença de discentes surdos.

Para um melhor entendimento, far-se-á uma apresentação desses sujeitos (Quadro 1). Para preservar as identidades dos entrevistados, optou-se por denominá-los por letras/números, respeitando a categoria no escopo do estudo:

Quadro 1 – Perfil dos sujeitos da pesquisa

Escolas	Discentes Surdos	Professores	Intérpretes
ESC1	D1	02 sujeitos (P1 e P2)	11
ESC2	02 sujeitos (D2 e D3)	01 (P3)	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O Quadro 2 apresenta o perfil dos sujeitos da pesquisa.

Quadro 2 – Perfil dos participantes da pesquisa

Sujeitos	Sexo	Idade (anos)	Formação Inicial	Formação continuada	Tempo como Docente
P1	F	Não quis Informar	Geografia	Especialista	25 anos
P2	F	45	Letras/ Português	Especialista	22 anos
P3	F	43	Letras Português	Especialista	07 anos
D1	F	23	Ensino Médio/Técnico	-	-
D2	M	23	Ensino Médio/Técnico	-	-
D3	M	21	Ensino Médio/Técnico	-	-
I1	F	Não quis Informar	Pedagogia	Especialista	10 anos

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Os dados foram analisados junto aos sujeitos da pesquisa, objetivando investigar as práticas pedagógicas nas salas regulares com discentes surdos nas Escolas Técnicas, identificando assim os fatores que contribuem na interação dos mesmos na referida sala, dando ênfase o que dizem sobre tais desafios, na formação acadêmica destes discentes.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise de dados foi realizada a partir dos relatos dos sujeitos, já citados, coletados individualmente. Os dados coletados foram organizados com base nos objetivos e no levantamento bibliográfico que nortearam este estudo, e posteriormente confrontados com a literatura

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO DISCENTE SURDO

científica que apoiou a pesquisa. As respostas dos discentes surdos foram gravadas em vídeos, sendo posteriormente traduzidas/transcritas por um intérprete.

No tocante à Questão 01 [**Como se dá o processo atual de inclusão do educando surdo nas Escolas Técnicas de Floriano?**], os respondentes assim se posicionaram:

D1: Acontece de forma lenta. Os professores, amigos e intérprete me ajudam, mas ainda fica muito difícil.

D2: Não acontece de forma alguma, nem com professores e nem com os alunos.

D3: No início, até que alguns funcionários e professores queriam aprender minha língua, mas com a saída dos intérpretes foi e está cada vez mais difícil.

P1: De forma normal, pois o sistema não nos oferece condições de adaptações.

P2: Ainda se dá de maneira lenta, e de forma ignorante.

P3: A princípio com a presença de intérprete, hoje um pouco limitada, esta situação.

I1: Ainda se dá de forma que o professor titular, pense que o aluno surdo não é responsabilidade dele, onde somente o intérprete é o responsável para efetuar o conhecimento deste aluno, pois, se um dia o mesmo faltar em sala, o aluno não existe, não havendo comunicação entre os demais.

A partir dos posicionamentos dos interlocutores P1, P2 e P3, conclui-se que o processo de inclusão ainda acontece de forma lenta, dificultando o processo de aprendizagem e de adaptações, porque o ensino não oferece suporte necessário e adequado, ou seja, a estrutura atual não auxilia os professores na aplicação de práticas pedagógicas eficazes. A falta de condições para permitir o trabalho pedagógico de forma adequada faz com que a inclusão destes discentes deixe de acontecer de maneira fluida e natural.

Entretanto, nos relatos dos interlocutores D1, D2 e D3, vê-se que a inclusão dos mesmos não acontece de forma alguma, tornando difícil o seu aprendizado, como também o seu desenvolvimento cognitivo e social dentro da instituição, pois de acordo com Goldfeld (2002, p.38), “no momento em que a língua de sinais passou a ser mais difundida, os surdos tiveram mais condições de desenvolvimento intelectual, profissional e social”, visto que muitas barreiras são enfrentadas a cada dia por não ter uma pessoa capacitada ou que saiba se comunicar com eles em Língua de Sinais.

Em relação ao relato do interlocutor I1, nota-se que o papel do intérprete em sala de aula ainda é uma figura desconhecida, e que muitos professores ainda o veem como o responsável, talvez por só ele se comunicar com o discente surdo. Contudo, para Damázio (2007, p. 50):

não cabe ao tradutor/intérprete a tutoria dos alunos com surdez e também é de fundamental importância que o professor e os alunos desenvolvam entre si interações sociais e habilidades comunicativas, de forma direta evitando-se sempre que o aluno com surdez, dependa totalmente do intérprete.

No entanto, ainda se observa, neste relato, que os discentes surdos não estão realmente inclusos como deveriam, sendo deixados de lado em sala de aula na ausência do intérprete, não havendo possibilidades de aprendizagem, porque não há profissional capacitado na área. Portanto, as escolas precisam adequar-se às necessidades educacionais destes discentes, bem como promover a efetivação do projeto de inclusão, com metodologias e estratégias que tenham como proposta

pedagógica o que está no Decreto 5.626/05, possibilitando ao discente surdo de desenvolver como os demais discentes, escolhendo melhores recursos e procedimentos, respeitando suas especificidades, porque quando elas abrem espaço para este público, e assumem que realmente existem desafios, as mesmas mostram que estão aptas a fazer com que aconteça, uma educação para todos, e que estes obstáculos são resultantes do processo de ensino- aprendizagem.

Em relação à Questão 02 [**De que maneira são desenvolvidas as práticas pedagógicas de forma a promover a inclusão do discente surdo em sala de aula regular?**], os interlocutores assim se posicionaram:

D1: São muito difíceis e de difícil acesso.

D2: Às vezes, os professores tentam, mas não conseguem se comunicar comigo, ficando muito difícil.

D3: Sem acesso a nada.

P1: De acordo com o conteúdo ministrado busco vídeo em LIBRAS para facilitar a compreensão.

P2: Algumas adaptações quando possíveis, fazendo com que melhore o conhecimento do aluno surdo.

P3: São realizadas adaptações em teorias a partir de adaptações realizadas com atividade e avaliações.

I1: Alguns professores pensam até em como modificar suas atividades, mas ainda é um número limitado. Eu, como intérprete procuro, fazer com que o aluno se sinta incluso de forma a se sentir útil, fazendo com que ele mesmo faça suas atividades, e reclame suas dúvidas com o próprio professor.

Considerando que as atividades diárias de um professor são baseadas em um trabalho difícil e árduo, bem como uma profissão desvalorizada, o docente mesmo formado em uma determinada área precisa estar em contínua formação. Para Romanowski (2009, p. 138):

A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em continuum, iniciada com a escolarização básica, que de pois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho.

Assim, os mesmos precisam ter consciência de que estão em uma sala de aula onde tem como aluno um discente surdo. Observa-se que não ter o básico de um conhecimento em Língua de Sinais – algo necessário para uma simples comunicação – produz um descompasso no processo de ensino-aprendizagem.

A aplicação efetiva e eficaz da LIBRAS pode promover uma comunicação entre ambas as partes, tornando-se um trabalho mais fluido. A ausência do uso de LIBRAS em sala de aula produz uma desconexão na comunicação. Entretanto, de acordo com Damázio e Ferreira (2010, p.47), “a educação das pessoas com surdez não pode continuar sendo centrada nessa ou naquela língua, como ficou até agora, mas deve levar-nos a compreender que o foco do fracasso escolar não está só nessa questão, mas também na qualidade e na eficácia das práticas pedagógicas”. Constatou-se isto nos relatos de D2 e I1, os quais falam que os professores até tentam, mas sem a comunicação em Língua de Sinais nada acontece. Já nos relatos de P2 e P3, foi notado que os

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO DISCENTE SURDO

mesmos fazem algumas adaptações tentando incluir estes discentes na sala de aula regular sempre que possível, com atividades e até mesmo avaliações adaptadas.

Observando o relato de P1, verificou-se que mesmo não tendo conhecimento em Língua de Sinais, o professor envida meios para promover a inclusão do discente, procurando adaptações em suas atividades, facilitando assim a compreensão do mesmo, ou seja, fazendo com que este se sinta capaz, porque de alguma forma ele será avaliado em termos de competência do mesmo modo que os demais alunos da sala regular. Assim, a inclusão só irá acontecer quando houver alguma prática pedagógica sendo promovida a favor da inclusão do discente surdo, em um ambiente que lhe favoreça, havendo uma comunicação entre ambas as partes, bem como uma mediação pela compreensão dos conhecimentos, buscando novas práticas pedagógicas, com novas estratégias de ensino, confirmando o que mencionam Damázio e Ferreira (2010).

No entanto, ao analisar a sala regular de ensino, comprova-se o que relatam os interlocutores D1 e D3 quando dizem que não há acesso a nada, ou mesmo, que as práticas pedagógicas são muito difíceis, uma vez que os mesmos não conseguem se comunicar com os professores ou colegas de sala, considerando a ausência do intérprete, o que produz sérias dificuldades para a construção da comunicação e da integração dos mesmos no ambiente escolar. Assim Magalhães (2013, p. 76) se posiciona sobre esta questão:

A função fundamental de um intérprete, independente de sua especialização ou de seu campo de trabalho, é facilitar a comunicação entre pessoas surdas, pessoas com deficiência auditiva e outras. Intérpretes educacionais facilitam a comunicação entre estudantes surdos e outros, inclusive entre professores, provedores de serviços e colegas do ambiente educacional.

Assim, a partir dos depoimentos, nota-se que os professores devem estimular o discente surdo, procurando metodologias e práticas educacionais pedagógicas acessíveis, para que eles se sintam incluídos no ambiente educacional, oferecendo aos discentes surdos condições para que possam mostrar seu potencial, tendo em vista que ao serem explorados demonstram que inexistem diferenças, ou seja, eles precisam de ambientes estimuladores que os desafiem a desenvolver o seu cognitivo, uma vez que são iguais aos demais discentes da sala regular. Os discentes surdos, portanto, têm de igual modo direito de acesso ao conhecimento, bem como a acessibilidade, visto que os mesmos só precisam de um ambiente educacional estimulador que contribua para a sua formação acadêmica e cidadã.

Quanto à Questão 03 [**Quais as estratégias metodológicas utilizadas entre o professor titular, para com seu discente surdo?**], as respostas dos interlocutores foram assim consignadas:

P1: Como não sei LIBRAS, costumo pedir a intérprete pra perguntar dúvidas, entendimento, etc. como também que me oriente como dirigir a ela através da LIBRAS.

P2: Não há contato, porque não tem como passar o planejamento para o mesmo, assim, enquanto o professor titular, repassa o conhecimento para a turma o professor de LIBRAS faz um apanhado geral do conteúdo e adapta para o educando com deficiência.

P3: Quando havia intérprete, não existia muito diálogo entre as partes.

À luz dos depoimentos, pode-se inferir que os professores dos discentes surdos não têm conhecimento sobre o papel do intérprete de LIBRAS. Segundo os relatos de P1, P2 e P3, o intérprete de LIBRAS tem como principal função repassar as informações, explanando os conteúdos trabalhados na sala regular com educandos surdos. Nota-se diante da resposta do interlocutor P2, a postura

ao se retratar para com o intérprete de LIBRAS, visto que o mesmo não distingue nem a sua nomenclatura. Assim, o intérprete de LIBRAS pode ser entendido como uma pessoa que transmite através da Língua de Sinais ensinamentos e conhecimentos aos surdos, e ainda traduzindo e interpretando da Língua de Sinais para a Língua Portuguesa, ou vice-versa, facilitando o entendimento dos surdos como também dos ouvintes, ou seja, em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita), confirmando o que ressalta Quadros (2003).

Contudo, o professor como educador precisa mudar suas concepções e suas perspectivas, tornando a sala de aula um local significativo para o educando surdo, pois de acordo com Damázio e Ferreira (2010, p. 48), “o ambiente em que a pessoa com surdez está inserida[...] conseqüentemente, compromete o desenvolvimento do pensamento, da linguagem e da produção de sentidos”.

Assim, tanto o professor titular como o intérprete de LIBRAS devem entender e respeitar o pensamento do educando surdo, planejar estratégias metodológicas em que o educando surdo seja inserido, pois é através dos compartilhamentos que o professor perceberá a construção de seus conhecimentos como também de seu desenvolvimento.

A Questão 03 [**Quais as estratégias metodológicas utilizadas entre o professor titular e o intérprete de LIBRAS, para você?**] teve como propósito desvelar o que pensam os discentes surdos, agora considerando o seu ponto de vista, em relação aos professores em sala de aula regular. Foram os seguintes os posicionamentos:

D1: Eles não sabem LIBRAS e dificultam bastante.

D2: Através de vídeos legendados, alguns professores usam os computadores, com é visual eu entendo um pouco.

D3: Não há auxílio algum.

Os interlocutores D1 e D3, quando dizem que “não haver auxílio, e que os professores não sabem LIBRAS”, bem como quando D2 relata “que os professores usam computadores[...]”, permitem pensar em uma relação onde o intérprete não trabalha em parceria com o professor titular da sala regular, e vice-versa, surgindo assim muitas indagações em ambas as partes. Pois, em uma sala de aula regular onde há educando surdos, é preciso que tanto o professor titular como o intérprete caminhem juntos, para que o trabalho seja satisfatório. Precisam que planejem aulas juntos, para saber qual metodologia irá adequar-se ao educando surdo. Fazendo com que o mesmo participe do meio educacional, com os mesmos conteúdos e entendimentos que os educandos ouvintes.

Entender e respeitar o pensamento do educando surdo passa a ser uma prioridade de forma que juntos, professor/intérprete e educando surdo, num processo dialógico, possam construir um espaço onde expressem e negociem seus conhecimentos, dúvidas e angústias. A escola precisa ser significativa para o educando, pois lá ele encontrará o outro. Através das trocas, o professor participará da construção de seus conhecimentos, pensamentos e emoções. Visto que é na sala de aula que o educando surdo estabelecerá conhecimentos necessários para formular seus pensamentos, é o que confirma (TACCA, 2006).

A Questão 04 [**Quais as práticas pedagógicas que favorecem a construção do conhecimento para os educandos surdos?**] buscou conferir que práticas pedagógicas os docentes implementam com o fito de intensificar as aproximações com os discentes surgidos. Optou-se por levantar o depoimento de todos os envolvidos. Assim responderam os interlocutores:

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO DISCENTE SURDO

D1: Atividades adaptadas e um pouco de conscientização, porque eu preciso da LIBRAS.

D2: Não há nenhuma. O ideal seria que o professor titular conhecesse a língua de sinais e trabalhasse com muitas imagens.

D3: Na escola! Não há nenhuma possibilidade de existir práticas pedagógicas na minha sala. Mas acredito que se usassem as mais concretas possíveis, como o material didático ilustrado, a participação ativa nos trabalhos em grupos dentro e fora da sala de aula, o apoio do intérprete são práticas que favorecem a construção do conhecimento deles.

P1: Infelizmente não há práticas favoráveis aos educandos surdos até o momento, práticas que inclui a linguagem de sinais e a realidade dos educandos surdos.

P2: Adaptações em avaliações ou até mesmo em atividade, seria uma forma de promover esta construção.

P3: Infelizmente somos limitados.

I1: Atividades adaptadas, gravadas se possível em sua língua, ou até mesmo legendado, bem como o trabalho com a Língua de Sinais e a parceria com o professor intérprete de LIBRAS.

Vê- nos relatos dos interlocutores P1, D1, D2 e I1 que a Língua de Sinais é uma das principais práticas pedagógicas que favorecem a construção da formação do discente surdo. Assim, a L1-1ª língua (LIBRAS) deve ser apresentada ao discente como primeira língua, visto que a mesma é natural do sujeito surdo, sendo um instrumento de comunicação e de fundamental importância para a concepção do surdo no seu processo sociocultural e cognitivo, ponto de vista concebido por Fernandes (2010).

Entretanto, frente aos depoimentos, foi possível observar que só o conhecimento da língua não basta. Para que os discentes surdos tenham um bom desenvolvimento e que o mesmo possa desenvolver-se tanto quanto o discente ouvinte, basta-lhe que alguém o estimule e o respeite, fomentando as suas potencialidades, pois se o educando surdo não for estimulado e provocado pelo professor, o mesmo estará comprometendo o desenvolvimento de seu pensamento, já que não haverá trocas simbólicas para a inserção deste no meio educacional, físico e social (POKER, 2001 *apud* DAMÁZIO, 2007).

Quando os interlocutores D3, P2 e P relatam que as “práticas são limitadas e que não existem”, vê-se nestes relatos que há um descaso para com estes discentes e que inexistem uma possibilidade de trocas concretas por meio da educação bilíngue, ou seja, o professor titular e o intérprete de LIBRAS não trabalham juntos, não possuem os mesmos objetivos e têm, ao que parece, propósitos distintos, visto que para Lacerda (2010, p. 141), há ainda “professores resistentes à presença do intérprete, preparando aulas considerando somente os alunos ouvintes[...]”

Em relação à questão 05, [**Quais os desafios enfrentados por você professor/intérprete no seu ofício, na relação ensino e aprendizagem para com educando surdo?**], os interlocutores assim se posicionaram:

P1: A falta de conhecimento na Língua Portuguesa.

P2: A falta de comunicação, não saber me comunicar com o aluno surdo.

P3: Não saber me comunicar em LIBRAS.

I1: A falta de compreensão e de espaço por parte dos professores.

Nos relatos dos interlocutores P2 e P3, nota-se que um dos desafios a serem apresentados é a Língua de Sinais. Sabe-se que esta língua é imprescindível para que haja uma comunicação entre discentes surdos e discentes ouvintes, mas somente isso não basta para que o mesmo seja incluso no ambiente da sala regular: os professores ainda planejam suas aulas e suas metodologias pensando nos discentes ouvintes, sem se preocupar se o seu educando surdo está ou não aprendendo da mesma forma que os demais.

Entretanto, os relatos de P1 e I1 ressaltam que seus desafios estão na “falta de conhecimento da Língua Portuguesa, a falta de compreensão e espaço por parte dos professores”. Pode-se perceber que mesmo o discente surdo conseguindo sair do Ensino Fundamental Maior, chegar ao Ensino Médio concomitante com o Ensino Técnico, ele terá o domínio muitas vezes restrito da LIBRAS e menor ainda da Língua Portuguesa, sabe-se que são duas línguas que possuem estruturas gramaticais próprias, e que o surdo tem como primeira língua, a Língua de Sinais. Com isto, muitos são os desafios a serem superados para que de fato a inclusão dos mesmos aconteça em uma sala de aula regular.

Contudo, nas observações das aulas dos professores, restou comprovadas as características evidenciadas nos relatos dos interlocutores. Constatou-se durante as observações na sala de aula, que alguns dos professores se preocupam ao ver os discentes surdos em sala e não poder se comunicar com os mesmos, ou seja, não utilizam a comunicação por meio da Língua de Sinais; outro, por sua vez, não se importam com tal situação; muitos querem ter a comunicação devida sem o uso do intérprete para lhe ajudar; outros tentam, mas não conseguem e não se identificam com esta língua.

Em relação ao ponto de vista dos discentes surdos, foi perguntado [**Quais os desafios enfrentados por você, na relação ensino e aprendizagem?**], produzindo as seguintes posições:

D1: São muitos os desafios, a falta de intérprete quando preciso, a comunicação as vezes não acontece porque ninguém me entendi.

D2: Os professores que só falam, além de ser rápido demais, não tem intérprete de LIBRAS, assim não acontece a comunicação e muito menos a aprendizagem.

D3: A dificuldade de me relacionar e encontrar alguém que me entenda.

Ao observar os relatos de D1 e D2, foi possível perceber que a presença/ausência do intérprete em sala de aula vem sendo um grande desafio a ser superado, embora ele não seja o responsável diretamente pelo processo de ensino aprendizagem do discente surdo. Porém, como já mencionado, a sua participação nas práticas pedagógicas educacionais é imprescindível no percurso formativo do surdo. Assim, conforme o Decreto 5.626/2005 ele é o responsável por dar acessibilidade linguística aos discentes surdos que frequentam parte da Educação Básica, Ensino Superior, interpretando do Português para a Língua de Sinais ou vice e versa e, sob esta condição, torna-se um profissional fundamental na formação do sujeito emancipado.

No entanto, D3 faz perceber que o intérprete de LIBRAS, é uma “ferramenta” indispensável para que o surdo possa se desenvolver dentro de um ambiente educacional ou social, mas sabemos que só ele não basta para que o discente surdo tenha a garantia de ser incluso nestes ambientes. Lacerda (2010, p. 145), nos faz refletir que “apenas a presença do intérprete em sala de aula não assegura que as questões metodológicas sejam alteradas para contemplar todas as necessidades educacionais especiais do aluno surdo visando a uma atenção inclusiva”.

Assim, reflete-se que a Língua de Sinais na educação de surdos é necessária, para que o mesmo possa desenvolver um canal de comunicação, bem como sua aquisição cognitiva. Os

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO DISCENTE SURDO

professores e a comunidade escolar como um todo devem propiciar ao discente surdo estratégias de ensino e práticas pedagógicas para que ele se sinta, de fato e de maneira resolutiva, incluso neste ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa aqui exposto objetivou descrever os desafios encontrados por docentes/intérpretes e discentes surdos nas práticas pedagógicas nas Escolas Técnicas Federais de Floriano, identificando assim os fatores que cooperam na interação dos mesmos nas referidas escolas. Além disso, foi colocado como propósito compreender os desafios para a formação acadêmica dos surdos. A fim de alcançar estes objetivos a pesquisa se apoiou em estudos e leituras sobre as práticas pedagógicas dos discentes surdos.

Com o estudo, constatou-se que os professores não usam nenhuma prática pedagógica ou metodologia diferente para com o discente surdo. Percebe-se, também, que muitos são os desafios encontrados como: a falta de materiais adaptados, bem como a falta de profissional na área de língua.

No entanto, esta tarefa só é atribuída ao intérprete de LIBRAS, e com isso ainda foi observado que a maioria dos professores não sabe nem mesmo o mínimo necessário para uma comunicação básica, o que acarreta dificuldades e desafios na prática pedagógica e parecem estar presentes nas escolas públicas e de Ensino Técnico, como é o caso das escolas estudadas.

Sabe-se que a inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes às diferenças de aprendizagem dos discentes, considerando o desenvolvimento deles como prioritário. Esta aprendizagem é construída em cooperação a partir da aprendizagem do sujeito diante das solicitações do meio. Observa-se que a inclusão escolar é mais que uma política de transformação de práticas educativas, é uma poderosa força de reedificação de identidade e valores do sujeito que se forma.

Visto que na educação dos surdos o professor titular precisa ter uma boa relação com o mesmo, bem como uma boa prática pedagógica, e mesmo assim isso não é suficiente para sanar os desafios do discente surdo na sala regular. Mas, pode ser um grande avanço já que o surdo está conquistando cada vez mais espaço no meio social, superando diversos obstáculos no processo de escolarização, contudo, o discente surdo ao longo da história conquistou vários direitos, como: o direito de um intérprete de LIBRAS em sala regular; o ensino da Língua de Sinais como primeira língua; mas ainda falta muito a ser conquistado.

Com isso, a relevância dessa pesquisa é fundamental para o conhecimento da sociedade de uma forma geral que é afetada cotidianamente e que interfere nas relações interpessoais, bem como fazer uma reflexão de como está sendo realizada a inclusão na sala regular de ensino com educando surdos, como também conhecer novas práticas pedagógicas para com eles. Assim sendo, sugere-se a realização de novos estudos científicos sobre as práticas pedagógicas nas salas regulares com discentes surdos nas Escolas Técnicas.

Acredita-se que este trabalho possa contribuir para as discussões sobre as práticas pedagógicas destinadas aos discentes surdos, direcionando sobre as temáticas estudadas: práticas pedagógicas, estratégias metodológicas e os desafios encontrados nas salas regulares de discentes surdos.

Referências

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**, e legislação correlata [recurso eletrônico]. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

_____. Presidência da República. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. - **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

_____; FERREIRA, Josimário P. Educação escolar de pessoas com surdez – atendimento educacional especializado em construção. CIBEC/MEC. **Inclusão**. Revista da Educação Especial, v. 5, n. 1, jan./jul, p. 46-57, 2010.

FALCÃO, Luiz Albérico Barbosa, 1961 – **Surdez, Cognição Visual e LIBRAS: estabelecendo novos diálogos**. Recife: Ed. Do autor. 2010.

FERNANDES, Eulalia. **Surdez e Bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GUIMARÃES, Jairo C. Competências do professor universitário: a prática como itinerário para a aprendizagem ativa do aluno e para a formação continuada do docente. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 8, n. 2, jan./mar., p. 167-185, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, p. 133-153, maio/ago., 2010.

MAGALHÃES, Fábio Gonçalves de Lima. O Papel do Intérprete de LIBRAS na Sala de Aula Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**. Centro de Ensino Superior de São Gotardo, Trabalho 4. n.7, p. 73-86, jan-jun., 2013.

PEIXOTO, Renata Castelo. Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 205-229, maio/ago. 2006.

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO DISCENTE SURDO

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e Profissionalização docente**. Curitiba: Ibpex, 2007.
LOIOLA, Rita. Formação continuada. Revista nova escola. São Paulo: Editora Abril. n: 222.p.89, maio 2009.

TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. **Aprendizagem e trabalhopedagógico**. Campinas: Alínea, 2006.